

A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO DO PRONAF NA PRODUÇÃO DE LEITE: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE RONDA ALTA RS

Paula Regina Bernardi¹
Marco Antonio Montoya²

Resumo: A agricultura familiar se apresenta como uma atividade importante para o crescimento econômico e a segurança alimentar do Brasil, dada a sua relevância possui uma linha de crédito específica e com juros subsidiados. O objetivo principal da pesquisa foi verificar se os resultados obtidos com a utilização de crédito do Pronaf, na produção de leite, atendem aos objetivos estabelecidos na normatização do programa, bem como identificar o perfil socioeconômico dos produtores e a importância do leite dentro das propriedades. Para tanto foi realizada uma entrevista com 50 produtores de leite do município de Ronda Alta, os quais acessaram o Pronaf investimento, dentre os anos de 2011 e 2014. A partir da pesquisa foi possível verificar que o leite se intensifica como a principal atividade econômica dentro das pequenas propriedades e que após a realização do investimento, 84% da amostra conseguiu elevar o volume de leite produzido, 68% reduziram os custos, 98% elevaram a renda e 78% melhoraram a utilização da mão-de-obra.

Palavras chaves: Crédito Rural. Pronaf. Produção de Leite. Agricultura Familiar.

1 Introdução

O agronegócio brasileiro apresenta uma dinâmica de constante modernização nos seus processos produtivos, e crescimento nos volumes de produção. Responsável por 22,54 % (cepea) do PIB brasileiro, e agente de influência significativa no *superávit* da balança comercial, o agronegócio intensifica a cada dia sua relevância dentro do contexto econômico do país. Em meio a um cenário de volumes grandioso de produção, aparece a agricultura familiar, a qual compete uma parcela menor do montante produzido, porém, essencial para o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar do Brasil.

Os agricultores familiares encontraram muitas dificuldades para sobreviver no campo até meados da década de 90, principalmente por não existirem linhas de crédito específicas para a atividade. Em resposta as reivindicações dos agricultores familiares e suas entidades representativas de classe, por um programa de crédito adaptado de forma específica as necessidades do agricultor de pequeno porte, no ano de 1995, por meio da resolução 2191 do

¹ Bacharel em Administração (UFSM). Aluna no curso de Especialização em Economia e Gestão Empresarial (UPF). Email: <paulareginabernardi@hotmail.com>

² Doutor em Ciências Sociais. Economista. Professor na Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis na Universidade de Passo Fundo. Email: <montoya@upf.br>

Banco Central do Brasil foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, denominado o Pronaf. Na sua criação o programa trazia como uma das principais características, levar apoio financeiro as atividades agropecuárias exploradas pela agricultura familiar. Além disso, como salienta Carneiro, (1997), melhorar a qualidade de vida no campo, era, sem dúvida, uma das questões centrais do programa.

No que diz respeito a execução do programa, Rio Grande do Sul, ocupa lugar de destaque, uma vez que no ano/safra de 2012/2013, absorveu 17 %, do total de recursos aplicados em investimentos no Pronaf, sendo o estado da federação com o maior volume e número de contratos, BACEN (2015). A região Norte do estado do Rio Grande do Sul, possui uma alta capacidade produtiva agrícola, bem como uma expressiva concentração de agricultores familiares, consequência de fatores como relevo, clima e processo de colonização. Dentro da região Norte do estado, está inserido o município de Ronda Alta, o qual possui a agricultura e pecuária como base da economia, sendo os principais produtos comercializados: soja, trigo, milho e leite. Os dados divulgados pelo BACEN (2015) demonstram que no ano/safra de 2012/2013 o município aplicou entre custeio e investimentos 11 milhões em recursos do Pronaf, dos quais 6,4 milhões foram aplicados na produção de leite.

De acordo com o MDA (2012) a Agricultura Familiar é responsável por produzir 70% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros, além disso corresponde a 38 % da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão-de-obra no campo, diante de dados como esses é possível verificar a importância de um programa, que fortaleça e incentive o desenvolvimento da Agricultura Familiar. Por outro lado, manter um programa como o Pronaf, traz altos custos aos cofres públicos, tendo em vista que se trata de um crédito subsidiado pelo governo, de acordo com Guanziroli (2007), aproximadamente 44,5% do volume de crédito aplicado na agricultura, é gasto com a equalização da taxa de juros, que seria a diferença entre a taxa de juros paga no mercado financeiro na captação do recurso e a taxa paga pelo produtor que contrai o investimento. Diante desse contexto em que se tem, um política pública, extremamente importante tanto para o desenvolvimento econômico quanto para segurança alimentar do país, no entanto com um custo de manutenção relativamente alto para o governo, faz-se pertinente o seguinte questionamento: Será que os objetivos propostos com o programa estão de fato sendo alcançados?

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo, verificar se os objetivos dos Pronaf estão sendo alcançados por unidades familiares produtoras de leite no município de Ronda Alta, que contrataram crédito investimento no âmbito do Pronaf, entre os anos de 2011 a 2014, o estudo visa também identificar as características socioeconômicas da população estudada, bem como entender a importância econômica do leite dentro das propriedades pesquisadas.

2 Referencial Teórico

2.1 História e Evolução do Crédito Rural no Brasil

Em meados da década de 60 a agricultura brasileira precisou se desenvolver tecnicamente, que um processo de modernização dos processos produtivos, necessita de capital financeiro, logo o agricultor precisou de recursos pra se modernizar, em resposta a

essa demanda por aporte financeiro ao produtor rural, foi criado através da Lei 4.829/66 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e regulamentado pelo decreto 58.380.

A partir da sua criação, o crédito rural enfrentou várias situações difíceis até chegar a um ajuste adequado de funcionamento. As mudanças significativas começaram a serem percebidas, como marco importante na transformação pode-se mencionar o ano de 1995, em que foi criada uma linha de crédito específica para a Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para Mattei (2006), durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as classes mais capitalizadas, foram privilegiadas no que dizia respeito a crédito agrícola, ficando o pequeno produtor submetido as mesmas condições oferecidas aos grandes produtores, como crédito, seguro agrícola, preços mínimos, condições que geraram resultados negativos.

Nesse sentido, o Manual de Crédito Rural do Banco Central (2015), estabelece os objetivos do Pronaf como sendo: a) reduzir os custos de produção; b) elevar a renda familiar; c) aumentar a produção e a produtividade, c) melhorar a utilização da mão-de-obra familiar. Além disso devem ser priorizados investimentos destinados a mulheres e jovens, como também propriedades com o Cadastro Ambiental Rural, e investimentos cujo projeto considere questões de preservação do meio ambiente. Quando se refere as operacionalidade do programa, Mattei (2006), contribui dizendo que o mesmo concentra-se em quatro linhas de atuação: a) financiamento a produção, através de custeios e investimentos; b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais; c) capacitação e profissionalização dos agricultores; d) financiamento de pesquisa e extensão rural.

A equalização da taxa de juros na agricultura se mostra com um assunto polêmico, é normal as pessoas se perguntarem: o dinheiro gasto com a equalização da taxa de juros na agricultura, tem retorno? Sobre o assunto, Castro e Teixeira (2004), realizaram um estudo, a partir na análise da matriz insumo produto, o qual permitiu concluir que sim, os gastos com a equalização retornam para o governo através dos impactos indiretos. Sobre a pesquisa:

Os resultados mostram que cada Real gasto com a equalização gera um crescimento no PIB equivalente a 1,75 vez o montante gasto com a ETJ, para a agricultura familiar, e 3,57 vezes o gasto com a ETJ para a agricultura comercial. Além disso, ocorre aumento da arrecadação de impostos de 16,9% do gasto com a ETJ, para a agricultura familiar, e 37,0% do gasto com a ETJ, para a agricultura comercial. Portanto, a ETJ possui justificativa econômica, uma vez que os benefícios gerados na forma de crescimento econômico mais que compensam os gastos com a política. (CASTRO; TEIXEIRA, 2004)

2.2 Agricultura Familiar

Agricultura familiar pode ser definida como “uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar” (Brasil, 2015).

Conforme dados do MDA (2012) a Agricultura Familiar produzir 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira, como também corresponde a 38 % da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão-de-obra no campo, a Embrapa (2014) detalha a produção de alimentos, informando que do total produzido no campo brasileiro, a agricultura familiar é responsável por: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da carne suína e 50% das aves. A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), (2015), elegeu o ano de 2014 como ano internacional da

agricultura familiar, para a organização a agricultura familiar está intimamente ligada a segurança alimentar, além do mais ajuda a preservar os alimentos tradicionais, bem como contribui para uma alimentação balanceada, protege a biodiversidade e preserva os recursos naturais. Sem falar na questão econômica e social, aonde contribui para o desenvolvimento e bem-estar das localidades em que está inserida.

Para ser considerado legitimamente um produtor rural acessar crédito no âmbito do Pronaf, o produtor necessita possuir uma DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, uma espécie de identidade da agricultura familiar, a DAP é fornecida ao produtor que se enquadrar nas condições específicas, sendo a principal delas, possuir uma renda bruta anual de no máximo R\$ 360.000,00, que seja no mínimo 50% provinda da produção familiar (BACEN).

2.3 Produção de Leite

O Brasil é o sexto maior produtor mundial de leite, o alimento também pode ser considerado um dos mais importantes da agropecuária brasileira, no que se refere a geração de renda e emprego para população, além de ser um alimento altamente nutritivo. (EMBRAPA – Gado de Leite, 2015). Dada a tamanha importância da produção de leite na agricultura familiar, o governo desenvolve uma série de estímulos ao setor, através de políticas públicas nas quais se destacam o crédito rural, por meio do Pronaf, o programa de garantia de preços mínimos da agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos para merenda escolar. (BRASIL, 2012).

O Rio Grande do Sul, é considerado o segundo maior produtor de leite do país, com uma produção anual de mais de 3,6 bilhões (IBGE 2010), correspondendo a 12 % da produção nacional, a produção diária gira em uma média de 9,9 milhões de litros, sendo que as indústrias de lácteos instaladas no Rio Grande do Sul, possui capacidade de processar 16 milhões de litros por dia. A produtividade do estado, está entre as melhores do Brasil, o clima temperado, a fertilidade do solo, a disponibilidade de água, contribuem para o bom desempenho da produção de leite. (EMATER, 2015) Além disso, o aumento na produtividade de leite, também pode ser atribuído ao melhoramento genético, a adequada nutrição animal e a utilização de novas tecnologias nas propriedades, os quais contribuem para uma estabilidade do rebanho e das vacas ordenhadas. (MONTROYA; PASQUAL; FINAMORE, 2014).

A partir dos anos 90, a produção de leite, torna-se uma importante atividade para inserção econômica dos agricultores familiares no sul do Brasil, a relevância se dá principalmente por se tratar de uma renda mensal, o que contribuiu para o equilíbrio das receitas familiares. No entanto a permanência do pequeno produtor na produção de leite, necessita de investimento e aperfeiçoamento, a partir da normativa 51 do MAPA uma série de pré-requisitos são necessários, principalmente quanto aspectos higiênicos, para que o leite seja comercializado. (FERRARI et al., 2005).

2.3 Município de Ronda Alta

Ronda Alta, está localizada na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, a população do município conforme o último censo é de 10 221 habitantes e o território de 419,344 km² (IBGE 2010). Com relação a população que reside no campo pode-se dizer que a mesma é formada na sua grande maioria por pequenos produtores, desses, alguns são

descendentes dos primeiros moradores, outros assentados da reforma agrária, bem como certos indígenas, alguns agricultores de grande porte também fazem parte da estrutura fundiária. De acordo com Dossin 2010, analisando o evolução do censo agropecuário de 1996 e 2006 houve uma redução 17,97 % no número de propriedades rurais, porém mesmo assim 87,67% das propriedades possuem menos de 50 hectares, o que caracteriza de certa forma grande predomínio de agricultura familiar.

Com relação aos aspectos econômicos, Ronda Alta, tem na agricultura a principal atividade. Percebe-se que quanto ao valor adicionado bruto do município no ano de 2012, a agricultura teve significativa participação. A renda da agricultura impulsiona em muitos casos o setor de serviços, que tem maior representatividade nos bancos, e profissionais autônomos como médicos e dentistas. Outros dados que complementam a compreensão da importância da agricultura no município, são o número de contribuintes de ICMS, conforme a FEE (2010), no ano de 2010, de um total de 3.434 contribuintes, os agricultores correspondiam a 3.051, significando a quase 90 %, com relação ao retorno de impostos que o município recebe, a agricultura garantiu no ano de 2010, em torno de 70% do que foi recebido.

3 Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados da pesquisa, foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada, guiada por um instrumento de coleta de dados, o qual permitiu que houvesse uma interação entre o pesquisador e o entrevistado, sem deixar de tratar os principais assuntos. A população estudada foram os produtores de leite do município de Ronda Alta, que tomaram crédito investimento no âmbito do Pronaf, entre os anos de 2011 e 2014, de acordo com dados do Bacen (2015), nesse intervalo de tempo foram feitos 361 contratos de investimentos no município, percebe-se que essa informação não permite ao pesquisador saber a que produtores pertencem esses contratos e se houve algum produtor que adquiriu mais de um contrato nesse período. Sendo assim, para que se chegasse a uma população estimada foi aplicado ao número de contratos um redutor de 20%, tendo em vista a possibilidade de existir mais de um contrato por CPF, dessa forma chegou-se a uma população de 288. Sobre a população de 288, foi calculada, uma amostra com o tamanho 50 entrevistas, considerando um erro amostral de 13%. As entrevistas foram dispostas de forma representativa, o dado utilizado para calcular a representação foi o número anual de contratos, o quadro abaixo explica o cálculo feito:

Ano	Contratos	Porcentagem	Entrevistas Realizadas
2011	55	16%	8
2012	137	38%	19
2013	106	30%	15
2014	63	16%	8
Total	361	100%	50

Fonte: Bacen 2015 e dados da pesquisa

As entrevistas foram aplicadas do dia 11 de agosto a 10 de setembro.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



4 Análise e Interpretação dos Resultados

A análise e interpretação dos dados foi realizada por meio do programa Microsoft Excel®, e serão apresentadas abaixo.

4.1 Características socioeconômicas e importância econômica do leite na propriedade

Na entrevista realizada com os produtores, foram feitas algumas perguntas com o intuito de identificar certas características sociais e economias da população estudada, relevantes para compreensão dos objetivos. Com relação ao sexo, a maioria dos entrevistados foram homens, do total, apenas uma mulher participou da pesquisa, nota-se que as mulheres na maioria dos casos trabalham em conjunto na propriedade, uma vez que 92% dos entrevistados possuem duas ou mais pessoas da família trabalhando na propriedade. Chama a atenção, que em 60%, das entrevistas, apenas duas pessoas da família trabalham com a produção de leite, sendo essas duas pessoas, geralmente, marido e esposa. Bem, o fato de a grande maioria ser do sexo masculino, pode estar relacionado, a administração financeira da propriedade, geralmente é o homem que procura o banco e realiza a operação de crédito, desde o momento da emissão da declaração de aptidão do pronaf, da criação do bloco de produtor, existem alguns fatores, até mesmo culturais, os quais tendência para o homem seja o primeiro titular e a esposa o segundo.

O número de pessoas da família que trabalham na propriedade, também pode estar relacionada com a tecnologia aplicada na produção de leite, sabe-se que o sistema semiconfinado requer um número menor de pessoas trabalhando, em função da alta tecnologia utilizada por meio de máquina e equipamentos, no entanto o sistema a pasto requer um número maior de pessoas envolvidas por se tratar de um sistema em que se envolve uma força braçal maior. Nesse sentido a pesquisa verificou predominância do sistema a pasto, 88% , apenas 12% dos entrevistados utilizam sistema semiconfinado.

Tabela – Número de pessoas das famílias que trabalham na propriedade por estrato de produção/ sistema semiconfinado.

Nº Familiares	Sistema Semiconfinado					Total
	Estrato de produção de leite litros/ dia					
	De 0 a 100	De 101 a 200	De 201 a 350	De 351 a 500	Acima de 500	
1	0,00%	0,00 %	0,00 %	16,67%	0,00%	16,67%
2	0,00%	0,00 %	0,00 %	0,00%	33,33%	33,33%
3	0,00 %	0,00%	0,00 %	16,67%	33,33%	50,00%
4 ou mais	0,00 %	0,00%	0,00 %	0,00%	0,00%	0,00%
Total	0,00 %	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

O sistema semiconfinado, em 50% dos casos emprega três pessoas da família, em 33,33% emprega duas, e em 16,67% emprega apenas uma. Por meio da pesquisa, nota-se que na amostra estudada não existem muitas diferenças no número de pessoas da família que trabalham na propriedade e o sistema utilizado, no sistema a pasto, predominou um número maior de propriedades com duas pessoas da família trabalhando na atividade leite (63%),

podendo ser a mão-de-obra um limitador para quantidade produzida nesse sistema, tendo em vista que dentre os 63% citados, 58,45% produzem quantidades menores a 500 litros por dia, em seguida cabe destaque para propriedades com 3 pessoas da família trabalhando (25%). A diferença se acentua entre os sistemas utilizados, quando o assunto é quantidade produzida, percebe-se que no sistema a pasto existe uma pulverização nos volumes, as maiores concentrações ficam nas produções diárias, de 201 a 350 litros (29,55%) e de 351 a 500 litros (29,55), seguidas de quantidades acima de 500 litros (18%). As quantidades elevadas, estão relacionada a alta tecnologia aplicada, como a genética das vacas, e as máquinas e equipamentos, essa análise não significa que o sistema, por gerar volumes maiores, seja o mais lucrativo, toda a tecnologia utilizada tem um alto custo.

Tabela – Número de pessoas das famílias que trabalham na propriedade por estrato de produção/ sistema a pasto.

Nº familiares	Sistema a pasto					Total
	Estrato de produção de leite (litros/dia)					
	De 0 a 100	De 101 a 200	De 201 a 350	De 351 a 500	Acima de 500	
1	0,00%	2,27%	0,00%	2,27%	2,27%	6,82%
2	4,55%	11,36%	27,27%	15,91%	4,55%	63,64%
3	0,00%	4,55%	2,27%	9,09%	9,09%	25,00%
4 ou mais	0,00%	0,00%	0,00%	2,27%	2,27%	4,55%
Total	4,55%	18,18%	29,55%	29,55%	18,18%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Um dado relevante é o número de jovens de 15 a 30 anos, com ensino técnico profissionalizante completo, esses correspondem a 16% da amostra. Esse dado sinaliza um movimento de sucessão familiar, tais jovens, são filhos de produtores, os quais frequentaram a escola técnica, voltaram as propriedades, e estão trabalhando e aplicando os conhecimentos adquiridos.

Quando se analisa a estrutura fundiária das áreas próprias do sistema de produção, percebe-se que no sistema semiconfinado, existe predominância de propriedades com área entre 20 e menos de 50 há (66%), combinadas com uma produção diária de mais de 500 litros de leite. Interessante que justamente o sistema semiconfinado, qual não tem sua produção limitada pela área, tem sua concentração mais relevantes em áreas entre 20 e 50 há, tal situação pode estar relacionado em algum sentido, com o alto investimento necessário, uma vez que para conseguir o financiamento o produtor precisa oferecer garantias, nesse caso áreas de terras, e também comprovar capacidade de pagamento sem relacionar a atividade futura que está sendo financiada, nesse sentido quem possui maiores áreas e por consequência mais renda, terá maiores chances de apresentar capacidade de pagamento no projeto técnico.

Tabela – Estrutura fundiária de áreas próprias do sistema Semiconfinado.

Tamanho da Propriedade	Estrutura fundiária do sistema semiconfinado / áreas próprias					Total
	Estrato de produção de leite/dia					
	De 0 a 100	De 101 a 200	De 201 a 350	De 351 a 500	Acima de 500	
Não Possui Terras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Menos de 01	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
De 1 a menos de 02	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
De 2 a menos de 05	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
De 5 a menos de 10	0,00%	0,00%	0,00%	16,67%	0,00%	16,67%
De 10 a menos de 20	0,00%	0,00%	0,00%	16,67%	0,00%	16,67%
De 20 a menos de 50	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	66,67%
De 50 a menos de 100	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
De 100 a menos de 200	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela – Estrutura fundiária de áreas próprias do sistema a pasto

Tamanho da Propriedade	Estrutura fundiária do sistema a pasto / áreas próprias					
	Estrato de produção de leite/dia					
	De 0 a 100	De 101 a 200	De 201 a 350	De 351 a 500	Acima de 500	Total
Não Possui Terras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Menos de 01	2,27%	0,00%	0,00%	2,27%	0,00%	4,55%
De 1 a menos de 02	0,00%	2,27%	2,27%	0,00%	0,00%	4,55%
De 2 a menos de 05	2,27%	6,82%	6,82%	0,00%	0,00%	15,91%
De 5 a menos de 10	0,00%	2,27%	4,55%	2,27%	0,00%	9,09%
De 10 a menos de 20	0,00%	4,55%	13,64%	11,36%	2,27%	31,82%
De 20 a menos de 50	0,00%	2,27%	2,27%	4,55%	9,09%	18,18%
De 50 a menos de 100	0,00%	0,00%	0,00%	9,09%	6,82%	15,91%
De 100 a menos de 200	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nas propriedades que fizeram parte da amostra, dentre as que utilizam sistema a pasto, 31% são formadas por áreas, entre 10 e menos de 20, nessas áreas o volume produzido se concentra basicamente entre 201 e 350 litros dia e de 351 a 500 litros dia. Observa-se nesse sistema, que a área se torna um limitador para a quantidade produzida, tendo em vista que o sistema a pasto, possui uma quantidade limitada de vacas que podem se alimentar pro há, a pesquisa evidencia essa observação, já que conseguiu verificar na amostra, que áreas maiores produzem quantidades maiores leite no sistema a pasto. Na pesquisa 15,91% dos estabelecimentos com esse sistema, possuem mais de 50 há, e produzem quantidades diárias superiores a 350 litros.

Percebe-se que em 86% das propriedades participantes da pesquisa o leite se apresenta como a principal atividade econômica. Existe uma relação relevante entre a principal atividade produtiva e a quantidade de terras, os que consideram o leite a atividade mais lucrativa, possuem todos, áreas menores que 50 ha, sendo a maioria, 30% da amostra, com áreas entre 10 e 20 ha. Os entrevistados comentaram que, o aumento dos custos de produção ocorrido nos últimos anos, de culturas como a soja especialmente, tem diminuído muito a margem de lucro do pequeno agricultor nas culturas anuais, tendo em vista, que em muitos

casos o agricultor precisa terceirizar alguns serviços como plantio e colheita, encarecendo ainda mais o custo da lavoura. Nas propriedades com áreas acima de 50 ha, o soja se torna lucrativo, já que os custos fixos, ficam menores e o produtor consegue adquirir boa parte das máquinas necessárias para cultivar a safra.

Tabela – Principal atividade econômica e a área de terras próprias em ha

	Principal atividade econômica e a área de terras próprias em ha								Total
	Não possui	Menos de 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	
Leite	4,00%	0,00%	4,00%	14,00%	10,00%	30,00%	24,00%	0,00%	86,00%
Soja	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	14,00%	14,00%
Total	4,00%	0,00%	4,00%	14,00%	10,00%	30,00%	24,00%	14,00%	100,00%

Fonte: dados da pesquisa

Como já visto, nas propriedades com menos de 50 há, o leite se apresenta como a cultura mais lucrativa, nesse sentido, visando, entender melhor a importância econômica do leite, dentro das propriedades, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados: Por que você produz leite? Por meio das respostas as alternativas, pode-se perceber que 56% dos entrevistados produzem para ter uma renda mensal, e 34% por ser um negócio lucrativo. Sobre produzir leite para ter uma renda mensal, alguns entrevistados, contribuíram dizendo que, com a renda mensal do leite, conseguem pagar todas as despesas mensais da casa e ainda os insumos para lavoura anual, como o caso da soja, sendo assim, no término da colheita da soja, tudo que é produzido eles consideram como lucro. Ainda sobre a pergunta, vários entrevistados disseram que para o pequeno produtor, o leite é a única alternativa de se manter no campo, e também por isso produzem.

Tabela – Por que produz leite?

	Por que produz leite e a área de terras próprias								Total
	Não Possui	Menos de 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	
É um negócio lucrativo	2,00%	2,00%	6,00%	4,00%	8,00%	10,00%	2,00%	0,00%	34,00%
Para ter uma renda mensal	2,00%	2,00%	8,00%	6,00%	20,00%	12,00%	6,00%	0,00%	56,00%
Combina com outras explorações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	0,00%	6,00%	0,00%	8,00%
Tem mercado garantido	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%	2,00%
Só tem experiência na produção de leite	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Emprega a família	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	4,00%	4,00%	14,00%	10,00%	30,00%	24,00%	14,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na informação da quantidade de leite produzida diariamente e o preço médio do leite, calculado pelo Cepea, para o Estado do Rio Grande do Sul, no mês de agosto,

que foi de R\$ 0,9729, pode-se obter uma estimativa da renda mensal bruta que as famílias receberam com o leite. Nota-se que a maioria dos entrevistados (80%) recebe uma renda bruta superior a cinco mil reais.

Tabela – Renda bruta mensal

Quantidade de litros	Nº Produtores	Renda Mensal		
De 0 a 100 Litros	2	R\$ 0,00	a	R\$ 2.910,00
De 101 a 200 Litros	8	R\$ 2.939,10	a	R\$ 5.820,00
De 201 a 350 Litros	13	R\$ 5.849,10	a	R\$ 10.185,00
De 351 a 500 Litros	15	R\$ 10.214,10	a	R\$ 14.550,00
Acima de 500 Litros	12	R\$ 0,00	acima de	R\$ 14.550,00

Fonte: Cepea e dados da pesquisa

A presente tabela permite mensurar em reais, a importância do leite, mesmo uma produção pequena de 100 litros diariamente, permite ao produtor uma renda mensal bruta de no mínimo R\$ 2.939,00, claro que a atividade possui custos e riscos, porém frente ao atual cenário econômico, com o desemprego aumentando, cabe salientar que a produção de leite, se mostra uma excelente fonte de renda, além disso o produtor não ocupa todo seu dia na atividade, podendo trabalhar com outras culturas também, sem falar nos custos de vida, principalmente com alimentação os quais são muito menores no interior. Verifica-se então, que o perfil do produtor vem mudando, em décadas anteriores a de 90, ficar no campo era sinônimo de trabalho árduo, pouca renda e altos riscos, já nos dias de hoje, ser produtor de leite mostra-se ótima alternativa emprego e geração de renda.

4.2 Utilização de crédito do Pronaf na produção de leite

O Pronaf é uma política de crédito de amparo ao pequeno produtor, e possui algumas condições específicas para facilitar o seu acesso e utilização, especialmente a taxa de juros diferenciada para investimento, tudo isso tendo em vista a tamanha importância do pequeno produtor. Na regulamentação do programa foram definidos alguns objetivos e condições que devem ser alcançados pelos investimentos financiados pelo Pronaf. A pesquisa buscou verificar se tais objetivos estão sendo alcançados pelos produtores de leite que fizeram investimentos, no município de Ronda Alta. Nessa sessão será abordado o tema.

Os critérios e especificidades que os investimentos amparados pelo pronaf devem obedecer estão escritos, no MCR (manual do crédito rural), capítulo 10, esse manual é elaborado e divulgado pelo Banco Central. De acordo com o manual, a instituição financeira que realiza o processo de investimento deve dar preferência as propostas que atenderem as seguintes condições:

- a) objetivem o financiamento da produção agroecológica ou de empreendimentos que promovam a remoção ou redução da emissão dos gases de efeito estufa; (Res 4.107)
- b) sejam destinadas a beneficiárias do sexo feminino. (Res 4.107)
- c) sejam destinadas aos jovens, nas condições de que trata o MCR 10-10; (Res 4.228 art 1º)

d) sejam destinados a beneficiário que apresente o número de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). (Res 4.228 art 1º)

A respeito dos critérios de preferência, quanto a redução de gases poluentes e questões ambientais, 30% dos entrevistados, disseram terem levado em conta, esses itens no momento da elaboração e execução do projeto de investimento, os produtores que financiaram sala de ordenha (estrutura física), foram os que mais tiveram preocupações com questões relacionadas ao meio ambiente. Na normativa atual, o BNDES exige para financiamento de construções, como nesse caso, uma licença ambiental, emitida pela secretaria do meio ambiente do município, o que de certa forma explica a maior preocupação com fatores ambientais quando o investimento é de estrutura física, já nos demais casos, em que são financiados máquinas e equipamentos, o BNDES exige apenas uma dispensa de licença, sem que haja assim uma obrigatoriedade para que o produtor considere tais fatores nos demais casos.

Tabela – Preocupação com questões ambientais

Investimentos	Preocupação com		Total
	Questões Ambientais		
	Sim	Não	
Aquisição Matrizes	0,00%	28,00%	28,00%
Trator	0,00%	8,00%	8,00%
Resfriadores e equipamentos	8,00%	16,00%	24,00%
Ordenhadeiras	8,00%	12,00%	20,00%
Estrutura Física	14,00%	6,00%	20,00%
Total	30,00%	70,00%	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Outra preferência de investimento interessante, são os créditos destinados ao sexo feminino, atualmente a importância do papel da mulher no campo, ganha relevância a cada dia. Dos 50 entrevistados, apenas uma foi mulher, trata-se de uma jovem, entre 15 e 30 anos, que possui ensino técnico profissionalizante completo, e faz parte de um processo de sucessão familiar, na propriedade que era do seu avô, que passou para o seu pai e agora está sendo parcialmente passada para ela. A pesquisa mostra que a inserção da mulher nas políticas de crédito, no município de Ronda Alta, se apresenta pequena e lenta. A fim de incentivar o acesso das mulheres ao crédito, existe uma linha específica para elas, o Pronaf Mulher, porém as condições de financiamento são as mesmas do Pronaf Mais Alimento, por não possuir nenhum diferencial a linha acaba sendo muito pouco acessada, geralmente as propostas mesmo se tratando do sexo feminino são encaminhadas pelo Pronaf Mais Alimento.

O terceiro item, fala da preferência ao crédito para jovens, no subitem acima, foi mencionado que 16% da amostra, possui entre 15 e 30 anos, sinalizando um movimento de sucessão familiar, dada a importância do jovem permanecer no campo existe uma linha específica para jovens de 16 a 29 anos, o Pronaf Jovem. O terceiro e último critério de preferência, é para as propriedade que possuem o CAR, cadastro ambiental rural, 60% dos entrevistados já fizeram o cadastro, no ano de 2017 quem não tiver o cadastro não vai conseguir acessar recursos de crédito agrícola, o cadastro pode ser feito até maio de 2016, nesse ano safra 2015/2016 os produtores que ainda não fizeram o cadastro ambiental, terão

que assinar um termo de compromisso, dando ciência da obrigatoriedade e dos prazos do cadastro. Essa cadastro será extremamente importante, principalmente para prevenir fraudes de Proagro, quando se tratar de crédito de custeio.

Quanto a finalidade, de acordo com o MCR, o objetivo do investimento proposto deve estar relacionado com: implantação, ampliação ou modernização de atividades na propriedade. Na amostra estudada a maioria realizou investimentos para ampliação ou modernização das atividades (49 dos 50 entrevistados). A utilização de crédito para modernização, se tornou quase que uma necessidade para produtores de leite, tendo em vista que os mesmo precisaram se enquadrar nas normativas 51 de 62 do Ministério da Agricultura para que o leite produzido pudesse ser comercializado. Essas portarias estabeleceram padrões, para qualidade, sanidade, higiene e transporte do leite, exigindo dos produtores investimentos em equipamentos e infraestrutura para permanecer produzindo.

No que se refere as normativas, 60% dos entrevistados, disseram que o investimento realizado ajudou a propriedade a se enquadrar nas normativas, os outros 40% disseram já estar com a propriedade enquadrada quando realizaram o investimento. O fato de apenas uma propriedade ter utilizado crédito do Pronaf para implantação da atividade, pode ser influenciado pelos critérios de enquadramento no Pronaf, uma vez que para solicitar a aptidão ao programa, se faz necessário apresentar uma renda com produção agropecuária familiar, nos 12 meses que antecedem a solicitação, dessa forma somente quem já esta estabelecido como produtor rural, pode acessar o Pronaf.

Os investimentos devem resultar em algumas melhorias dentro da propriedade, como está definido no MCR (2015) “os créditos de investimento se destinam a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural” além de melhorar o uso da mão-de-obra familiar. Os entrevistados foram questionados sobre os resultados que obtiveram na propriedade após o investimento, a respeito do aumento no volume produzido, 84% responderam ter aumenta a quantidade de leite após o investimento, e aquisição de matrizes leiteiras foi o investimento que obteve maior resultado positivo.

No que se refere a custos, as respostas foram mais pulverizadas, 68% da amostra disse ter reduzido os custos, nota-se que tal resposta depende da interpretação do produtor com relação aos custos, em muitos casos o agricultor vê a parcela do investimento como um custo. O aumento da renda foi a pergunta que mais obteve resultados positivos, 98% dos entrevistados afirmaram que a renda familiar aumentou após os investimentos. A melhoria na utilização da mão-de-obra no campo, se apresenta como um fator importante para que o agricultor e principalmente os jovens agricultores permaneçam no campo, sobre essa questão, 78% da amostra, afirmaram que o investimento melhorou o trabalho na propriedade, segundo a pesquisa o investimento que mais contribuiu para melhoria foram as ordenhadeiras e o que menos contribuiu foram a aquisição de matrizes leiteiras.

Tabela – Resultados obtidos na propriedade após o investimento.

Investimentos	Aumento de		Redução de		Aumento de		Melhorar utilização de	
	Produção		Custos		Renda		Mão-de-obra	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Aquisição Matrizes	26,00%	2,00%	10,00%	18,00%	26,00%	2,00%	16,00%	12,00%
Trator	0,00%	8,00%	6,00%	2,00%	8,00%	0,00%	8,00%	0,00%
Resfriadores e equipamentos	20,00%	4,00%	22,00%	2,00%	24,00%	0,00%	16,00%	8,00%
Ordenhadeiras	18,00%	2,00%	14,00%	6,00%	20,00%	0,00%	20,00%	0,00%
Estrutura Física	20,00%	0,00%	16,00%	4,00%	20,00%	0,00%	18,00%	2,00%
Total	84,00%	16,00%	68,00%	32,00%	98,00%	2,00%	78,00%	22,00%

Fonte: Dados da pesquisa

5 Considerações Finais

A pesquisa entrevistou 50 produtores de leite do município de Ronda Alta, Rs, que acessaram crédito do Pronaf, para investir em melhorias na produção de leite da propriedade. As perguntas feitas durante a entrevista tiveram o objetivo de entender o perfil socioeconômico dos produtores, bem como a importância econômica do leite dentro da propriedade, contudo o objetivo principal da entrevista era identificar se os resultados alcançados por meio dos investimentos, correspondem aos objetivos definidos na normatização do Pronaf Investimento.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, a pesquisa verificou que na amostra pesquisada a grande maioria das pessoas que acessam o Pronaf, são homens, e que em grande parte das propriedades apenas duas pessoas da família trabalham. No entanto a pesquisa mostrou que existe a sinalização de um movimento de sucessão familiar no município, com alguns jovens que estão se profissionalizando com ensino técnico e administrando as propriedades da família. Sobre a tecnologia empregada a predominância do sistema de produção a pasto dentre os integrantes da amostra, o tamanho das propriedades pesquisadas tem sua maior concentração nas propriedades com área entre 10 e menos de 20 há.

Sobre a importância econômica do leite dentro das propriedades, a pesquisa confirmou a tendência que já vinha aparecendo em outros estudos, de que o leite vem se intensificando a cada dia como a principal atividade econômica dentro da propriedade, a pesquisa mostra que apenas em propriedades com áreas maiores a 50 há o leite deixa de ser a principal fonte de renda. O motivo pelo qual os pesquisados produzem leite, são geralmente para ter uma renda mensal e por ser um negócio lucrativo, outra informação interessante, é a de que o leite viabiliza a pequena propriedade, a qual não se manteria sustentável com culturas anuais como soja e trigo, contribuindo dessa forma para manutenção do agricultor no campo.

A respeito da utilização de créditos do pronaf para realização de investimentos, verificou-se quanto a preferência das destinações do crédito, que a destinação de crédito para mulheres ainda se demonstra incipiente, verificou também que com relação as preocupações ambientais, apenas os investimentos com estrutura física, que exigem licença ambiental apresentaram maior interesse com relação a essas questões. Na amostra pesquisada os créditos de foram geral foram destinados a implantação e modernização da atividade. Sobre os resultados obtidos nas propriedades após os investimentos, 84% da amostra conseguiu elevar a produção, principalmente com aquisição de matrizes, 68% reduziram os custos, 98%

elevaram a renda e 78% melhoraram a utilização da mão-de-obra após o investimento. Na amostra pesquisada o programa se intensifica como uma excelente ferramenta de desenvolvimento econômico e sustentável das propriedades.

6 Referências

ALFONSIN, Ricardo, NETTO, Roberto B. C, CORDENONSI, Adriana, AZAMBUJA, Luiz A. C. **Crédito rural: questões polêmicas**. Síntese, 1998.

ALVES, Clóvis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução dos valores correntes**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/grafevolucao.pdf> . Acesso em 09/07/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico de crédito rural 2012**. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel521.pdf>. Acesso em 06/07/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural**. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>. Acesso em: 10/07/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2191**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v4_L.pdf. Acesso em 06/07/2015.

BCB. **Como se classificam os recursos do crédito rural**. Acesso em 11/08/2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CREDITORURALFAQ>.

BRASIL. **Ações do governo impulsionam produção de leite na agricultura familiar**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/acoes-do-governo-impulsionam-producao-de-leite-na-agricultura-familiar>. Acesso em: 18/08/2015.

BRASIL. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar> Acesso em 10/07/2015

BRASIL. **Decreto nº 58.380**, de 10 de maio de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D58380.htm. Acesso em 09/07/2015.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. CPDA - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ. 1997. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/106/102> . Acesso em: 06/07/2015.

CASTRO, Eduardo Rodrigues, TEIXEIRA, Erly Cardoso. **Efeitos dos gastos com a Equalização das Taxas de Juros do Crédito Rural na Economia Brasileira**. SOBER 2004. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O343.pdf> Acesso em 07/07/2015.

CEPEA USP. Valores nominais do Leite. Disponível em:
<http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/?page=155>. Acesso em 12/09/2015

CEPEA. **PIB do Agronegócio**. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>. Acesso em 05/07/2015.

DOSSIN, Milton Carlos. Agronegócio do Leite: Caracterização dos Sistemas Produtivos e especialização da atividade no município de Ronda Alta (RS). Disponível em:
http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Milton_Dossin.pdf

DURR, João Valter. **Produção de Leite conforme a instrução normativa 62**. 4.ed. Brasília, SENAR 2012.

EMATER. Bovinos de Leite. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php#.VaEUnvIViko>. Acesso em: 10/07/2015.

EMBRAPA Gado de Leite. **Importância econômica**. Disponível em:
<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/LeiteCerrado/importancia.html>. Acesso em: 10/07/2015

EMBRAPA. **A agricultura familiar brasileira no contexto mundial**. Disponível em:
<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1871776/artigo-a-agricultura-familiar-brasileira-no-contexto-mundial>. Acesso em 10/07/2015.

FERRARI, Dilvan Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; TESTA, Vilson Marcos; SILVESTRO, Milton Luiz. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-0105b.pdf>

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUANZIROLI. Carlos, E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 45, n. 2, p. 301-328, Apr./Jun. 2007.

IBGE. **Histórico: Ronda Alta –RS**. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/rondaalta.pdf>. Acesso em 03/08/2015

IGBE CIDADES. **Ronda Alta**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431610&search=rio-grande-do-sul%7Cronda-alta%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em 03/08/2015

MASCARENHAS. Sidnei Augusto. Metodologia Científica. 1ªed. São Paula: Pearson, 2012.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: Um mapa da produção acadêmica**. Brasília: nead estudos, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento. **Programa Mais Alimentos. Produção Primária**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>. Acesso em : 06/07/2015.

MDA. **Plano safra da agricultura familiar 2012/2013**. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf. Acesso em 07/07/2015.

MONTOYA, Marco Antonio; PASQUAL, Cássia Aparecida; FINAMORE, Eduardo Belisário. **Os produtores de leite na região da produção do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2014.

MONTOYA, Marco Antonio; PASQUAL, Cassia Aparecida, FINAMORE, Eduardo Belisário. **Panorama da Produção leiteira no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2014.

MST. **A luta do acampamento Encruzilhada Natalino**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino.html>. Acesso em: 03/08/2015

NUNES, Sidemar Presotto. **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Departamento de estudos socioeconômicos. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/PRONAF.pdf> . Acesso em: 09/07/2015.

SEFAZ RS. **Perfil Socioeconômico dos Municípios do RS**. Disponível em: <https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_dwn_ipm_perfectrib_dc or>. Acesso em: 08/09/2015.

SOUZA, Raquel, P, WAQUIL, Paulo, D. A viabilidade da Agricultura Familiar de Leite: o caso do sistema Coorlac (RS). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI, 2008, Porto Alegre. **Anais do...**, Porto Alegre: Sober, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/499.pdf>. Acesso em 18/08/2015